

# UMA CASA: MÚLTIPLOS ESPAÇOS, MÚLTIPLOS PODERES. O PATRIMÓNIO CULTURAL DOS COUTINHOS NO PERÍODO MODERNO

JAIME RICARDO T. GOUVEIA\*  
(INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU DE FLORENÇA)

## *Intróito*

Foram os Coutinhos progenitores de uma frondosa árvore cujas vergôntees originaram, através dos séculos, uma das mais nobres casas do Reino. Rezam as fontes, que os seus filhos, com valor e galhardia serviram a Pátria; na História ficaram seus nomes gravados como dos mais egrégios portugueses, por seus feitos valorosos. Ligados, por alianças matrimoniais, a outras estirpes igualmente célebres, os seus nomes foram registados nos livros de nobreza. Pretende-se, com este artigo, num primeiro nível, reconstituir alguns dos traços mais marcantes da história desta linhagem, com análises mais incisivas sobre determinadas figuras, desde os tempos da fundação da nacionalidade, até ao período moderno. Num segundo nível, o desiderato é o de estabelecer uma conexão com a actualidade, focando o olhar sobre os vestígios ainda existentes acerca da história desta família no local onde ela nasceu, a vila de Leomil (distrito de Viseu), sendo o principal objectivo dar a conhecer o vasto património histórico sabiamente mantido e sensibilizar os actuais e vindouros para a importância da manutenção de políticas de preservação e divulgação de espólios variados como via de inestimável valor para o conhecimento do passado.

## *1. Em torno das raízes históricas dos Coutinhos. Da fundação da nacionalidade ao período moderno.*

Leomil, é uma das actuais vilas do concelho de Moimenta da Beira, distrito de Viseu. Nos tempos da reconquista foi tomada aos mouros pelo conde D. Henrique juntamente com os irmãos cavaleiros D. Paio Rodrigues e Garcia Rodrigues. Fora, desde logo, esta vila, instituída como Couto, doado a Garcia Rodrigues como recompensa dos serviços prestados na árdua empresa da reconquista. Entre outras tarefas, o cavaleiro empossado nos direitos senhoriais do referido Couto, deveria defendê-lo e povoá-lo. Para tal, afigurar-se-ia de importância capital que o terratenente dotasse esse espaço de alguns privilégios como engodo para

---

\* Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

agilizar e apressar o processo de ocupação sistemática do território. Assim fora. Garcia Rodrigues outorga foral a Leomil pouco depois, isto é, atribui à povoação estatutos político-concelhios. Depois da outorga desses dois diplomas, carta de couto e foral, Leomil aparecerá mais tarde designado de vila e concelho. Em 1149, D. Afonso Henriques vendeu a carta de couto de Leomil aos filhos e netos do primeiro couteiro por 300 morabitinos, informação que nos aparece confirmada em 1258 nas Inquirições de D. Afonso III. Em 1284, as Inquirições de D. Dinis asseveram que *“Leomir he Couto per padroeyros e per divisões e disserom que ouvirom dizer que o couto el Com Dom Anrique a Dom Garcia Rodrigues e disse que os senhores do Couto metem hi seus juízes e seus chegadores cada huum no seu herdamento”*<sup>1</sup>.

Como se sabe, os Coutos eram, em regra, senhorios eclesiásticos, enquanto que as honras eram senhorios laicos atribuídos à nobreza. Sobre o facto de Garcia Rodrigues poder ter sido eclesiástico ou pertencer a algum cenóbio, nada se sabe, apenas que tal é improvável. Sabe-se também que após a venda da carta de Couto o senhorio irá parar aos seus descendentes, isto é, a mãos laicas. Mais tarde, entre 1201 e 1262, o cartulário do Mosteiro de S. João de Tarouca assevera que Leomil era um dos coutos desse cenóbio<sup>2</sup>. Como é que, a partir daí passa novamente para mão laicas, não se sabe. E, neste âmbito, devido ao desaparecimento do arquivo da linhagem e da administração do Couto, pouco se sabe também sobre os descendentes do primeiro couteiro.

Socorrendo-nos da dissertação de doutoramento de Luís Filipe Oliveira, o primeiro e único estudo de vulto, até à data sobre os Coutinhos, vemos defendida, aliás, a ideia de que não há efectivamente nada que prove a existência de relacionamento familiar entre os futuros couteiros e o primeiro Senhor do Couto de Leomil<sup>3</sup>. Seguindo os meandros da documentação, o primeiro nome que vamos encontrar na genealogia dos couteiros, é o de Estêvão Martins, moço não nobre que casara com a detentora do senhorio leomilense onde aquele exercia o seu ofício, Urraca Rodrigues, da família dos FONSECAS. E é com a fundação de uma nova ramificação dos FONSECAS que irão nascer os Coutinhos. Do enlace matrimonial entre Urraca Rodrigues e Estêvão Martins nasce Fernão Martins da Fonseca que casou com Teresa Pires Varella e Gonçalo Martins da Fonseca que casou com Ária Garcia de Aragão e mais tarde com Joana Martins de Melo. Bons cavaleiros, segundo o infante D. Pedro, conseguiram entrar ao serviço do infantado da Coroa, o primeiro aparecendo como vassalo de D. Pedro e o segundo como serviçal do infante D. Afonso. Com as doações que obtêm da coroa durante a ocupação destes cargos aumentam ainda mais o seu património. Dele fazia parte o couto de Leomil, um pequeno senhorio ou “coitinho” como era designado. A partir de então os seus possuidores passaram a ser cognominados de “coitinhos” em alusão ao senhorio que possuíam, cognome que, mais tarde, transitou para apelido. Na geração seguinte tal é já visível porquanto todos os descendentes de Fernão e Gonçalo passaram a usar o apelido Coutinho. Fruto dos serviços prestados à coroa e de parentescos entretanto estabelecidos, o padrão do sucesso negocial no estabelecimento de alianças matrimoniais manteve-se, começando a linhagem a galgar patamares de riqueza e, por consequência, de distinção e honra que se traduziam no alargamento dos senhorios e na atribuição dos mais prestigiantes cargos. Para

<sup>1</sup> IAN/TT – *Inquirições de D. Dinis*, Lv.4, fl.36. A transcrição integral deste documento poder-se-á encontrar em GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira – *Subsídios para a História de Leomil. “A-presentação” e “Re-presentação”*. Leomil: Câmara Municipal de Moimenta da Beira, Casa do Povo de Leomil, e outros, 2004, pp.334.

<sup>2</sup> GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira – *Subsídios para a História de Leomil (...)*, ob. cit., pp.284-331.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, espaço e Poder (1360-1452)*. Lisboa: Patrimónia Histórica, 1999, cap1.

este desiderato contribuía também uma dimensão propagandeadora que assentava na difusão da ideia de que os Coutinhos descendiam do primeiro couteiro Garcia Rodrigues e não de um casamento entre um mero servo ministerial com uma descendente dos FONSECAS. Nalgumas narrativas encontramos a linhagem com uma antiguidade e prestígio invejáveis, muito próximos dos da dinastia reinante. Uma estirpe que partilhava a mesma origem geográfica do primeiro Rei, cuja história se confundia com a própria história do Reino, e que adquirira com o sangue e a coragem dos seus antepassados muitas das honras e dos senhorios que desfrutava no presente. Eis a imagem que se procurava fixar, e que começou a vingar em narrativas posteriores, senão atentemos nas trovas heráldicas que o alcaide portuense João Rodrigues de Sá dedicou aos Coutinhos:

*“As cinco estrelas sanguinhas,  
em campo d’ouro pintado  
do sangue antigo e honrado,  
são nobres armas Coutinhos  
feitas de ceo estrelado.  
E sabe-se desta gente  
que ganhou antigamente  
segundo a memorea alcança  
a casa por sua lança  
q’agora tem no presente.”*

Idênticos atributos lhe atribuíra D. João Ribeiro Gayo na sua obra *“Sobre as origens de todas as famílias nobres de Portugal”*:

*“Do Couto foram Senhores  
que tomaram à moura gente  
os Coutinhos que ao presente  
em Portugal são maiores  
e Godos antigamente.”*

Do enlace matrimonial entre Fernão Martins da Fonseca e Teresa Pires Varela, a quem havia sido atribuído em herança o couto de Leomil despertaram para a vida três filhos: Vasco Fernandes Coutinho, Nuno Fernandes Coutinho e Elvira Fernandes Coutinho. O senhorio de Leomil coube por herança a Vasco Fernandes, o qual casou em 1412 com Beatriz Gonçalves de Moura. Depois de um início de vida não muito promissor, e afastado da herança paterna que só reclamará mais tarde, consegue entrar para os serviços de D. Pedro como escudeiro desde 1360, devido às ligações do pai e do tio aos infantes da coroa. A sua actividade orientou-se, desde logo, para longe do senhorio de Leomil, nas terras do sul onde estava a família da mulher. Contudo, com o início das guerras fernandinas e o clima criado com o casamento do Rei com Leonor Teles, colocaram as terras da Beira no centro das atenções de Vasco Fernandes. Várias são as doações que obtêm nessa altura. A partir de 1372 até 1377 regista-se o usufruto do aro de Lamego e de várias terras em redor da cidade. No Couto de Leomil consegue novas possessões com rendas tributos e padroados, jurisdição cível e crime, mero e misto império, jurisdição cível com direito a receber apelações;

nomeações dos tabeliães e estabelecimento das suas pensões. Em 1374 reclama a herança paterna e é mais tarde empossado no prestigiante cargo militar de meirinho-mor da Beira<sup>4</sup>.

O útil juntara-se ao agradável. O monarca recompensava um vassalo fiel, interessado em regressar aos rincões de origem, ao mesmo tempo que reforçava com um homem de confiança, a defesa de uma zona susceptível de ser devastada pelos castelhanos. Foi com Vasco Fernandes Coutinho e, especialmente com o seu sucessor, que o velho Couto de Leomil se transformou no maior do Reino, com 276 km<sup>2</sup> e uma população de 6060 habitantes. Entre os bens que Coutinhos detinham, os senhorios eram os que melhor definiam o seu estatuto social e que melhor traduziam a influência exercida sobre os destinos das comunidades locais. Era nesses espaços que o chefe da linhagem surgia como o verdadeiro senhor da Terra, onde nomeava os juízes e os tabeliães e se fazia justiça em seu nome, por vezes sem recurso para o Rei, onde escolhia os párcos locais e cobrava as rendas e os direitos próprios da Coroa, e onde lhe pertencia a defesa da Terra e dos homens. Os senhorios constituíam uma unidade político-administrativa, cujos titulares gozavam de poderes e direitos vários, incluindo nalguns casos o exercício da administração da justiça. Aí pertencia-lhe, por consequência, o exercício da violência, de tal forma que dizia o livro de linhagens do Deão, referindo-se ao chefe da linhagem dos Coutinhos: *“que nom cantou i outro galo senom o que el mandou.”* A fruição deste privilégio era importante. Contudo, a verdadeira essência da vantagem de possuir um senhorio como um couto era a interdição dos oficiais régios entrarem nos seus limites, o que levava aos foragidos se albergarem nesses espaços, tendo existido, inclusive, vários coutos de homiziados.

Dos seis filhos que Vasco Fernandes deixa quando falece notabiliza-se o primogénito, Gonçalo Vasques Coutinho que, recebida a herança e após ter tomado como esposa D. Leonor Gonçalves de Azevedo, segue na pegada do pai ao canalizar a sua atenção para a Beira, onde o senhorio que seu pai possuía triplicará. Através da Chancelaria de D. Fernando podemos perceber o amplo património que foi acumulando. Ocorre entretanto a crise dinástica. Indeciso sobre quem apoiar, leva a sério a prudência, preocupação e conselho maternos que lhe sussurravam: *“Filho com os necios e com os trigosos ganham os homees. E nas cousas que som pera esguardar, sempre a trigança he os reis e os poderosos, muitas vezes cuidam d’acabar cousas de que ham gram desejo, e as vezes se lhe nom segue como elles desejam”*<sup>5</sup>. Inteligentemente Gonçalo Vasques apoiou o mestre de Avis nas cortes de Coimbra, o que lhe valeu a prazo amplas doações do futuro D. João I. O seu prestígio era notório, a sua preponderância regional também. Os inúmeros conflitos em que se envolveu e dos quais saiu com êxito, não apenas com o bispo e cabido de Lamego, mas também com os antigos padroeiros de S. Paio de Caria, com os moradores de Sernancelhe a propósito dos tributos sobre a caça, e com os da Cunha e Pachecos, evidencia-o. O ter chefiado os efectivos portugueses que alinharam na célebre Batalha de S. Marcos – Trancoso em 29 de Maio de 1385, denota-o também, vitória que a linhagem trataria logo de reivindicar. Dir-se-ia da sua pessoa, na época em que viveu: *“este senhor he homem grande he poderoso e não podem com ele alçar direito.”* Além de Senhor do Couto de Leomil, era vassalo del Rei, foi seu conselheiro, alcaide de Lamego, alcaide de Trancoso, copeiro-mor da Rainha, marechal, fronteiro na comarca da Beira. Fora, sem dúvida, um dos mais esforçados cavaleiros de D. João I. Chefiou inúmeras frentes de batalha contra os castelhanos, obtendo como troféu, numa delas, a cidade

<sup>4</sup> IAN/TT – Chancelaria de D. Fernando, Lv.1, fl.103v.º; 120v.º; 122v.º;182; Lv.º2, fl.18v.º; IAN/TT – Sé de Lamego, cx.8, mç1, avulsos, n.º44.

<sup>5</sup> LOPES, Fernão – *Crónica d’el Rei Dom Joham I*. 1.ª parte, cap.LIX, B. Freire, Lisboa, 1977.

de Tui. Ainda participou na tomada de Ceuta em 1415, recusou ser fronteiro da mesma depois da recusa do condestável que se escusou com a idade avançada, e morreu pouco depois<sup>6</sup>.

Entre 1383 e 1386 já a linhagem se situava entre as principais do Reino. A tal preponderância, os anos vindouros não puseram freio. Logo em 1387, os Coutinhos consolidaram a linhagem em termos políticos, aproveitando a constituição da casa da nova rainha. Gonçalo Vasques ocupa o cargo de copeiro-mor; a sua mãe Beatriz Gonçalves o de aia; a sua irmã o de camareira-mor, etc.<sup>7</sup>. Tal veio a permitir que os Coutinhos estreitassem relações nos círculos da Coroa, mantivessem contacto permanente com o Rei e com o seu sucessor, aumentou o seu prestígio, consolidou o poder nos seus domínios e alindou bons casamentos. Quando mais tarde o regente D. Pedro I criou o condado de Marialva e o entregou a Vasco Coutinho, mais não fez do que reconhecer e legitimar o poder e influência da linhagem na corte, no reino e, mais especificamente, na Beira.

Os sucessos militares de Gonçalo Vasques Coutinho foram continuados por um dos filhos que teve com D. Leonor Gonçalves Azevedo: Álvaro Gonçalves Coutinho, o celeberrimo Magriço. As façanhas militares de que foi protagonista, nomeadamente o ter pertencido aos *Doze de Inglaterra*, foram imortalizadas pelo poeta Camões e pelo cronista Fernão Lopes. De acordo com uns autores, o Magriço nasceu em Trancoso. De acordo com outros, nasceu em Penedono. Os seus pais, numa altura conturbada em que era necessário defender as fronteiras portuguesas face aos castelhanos, apesar de senhores do Couto de Leomil, moraram quer no castelo de Trancoso, onde o pai do Magriço era alcaide-mor, quer no castelo de Penedono e ainda no de Lamego<sup>8</sup>.

Não era apenas ao nível político e militar, mas também em termos económicos que a pujança da família se manifestava, sobretudo no que diz respeito ao chefe da linhagem, cujos senhorios se afiguravam rentáveis, nomeadamente o Couto de Leomil que, segundo Luís Filipe Oliveira, proporcionava um rendimento anual de 46284 reais.

A tudo isto acrescia o poder religioso que urgia conquistar também. O investimento na carreira eclesiástica era um meio favorável à obtenção de dispensas de consanguinidade, à preparação de súplicas e embaixadas dirigidas a Roma já para não falar no alargamento da supremacia em termos patrimoniais e na importância do recurso à autoridade religiosa no dirimir de determinados conflitos a nível regional. Os filhos de Gonçalo Vasques Coutinho, e irmãos do primeiro conde de Marialva, Fernando e Luís, chegaram longe na carreira eclesiástica. Fernando Martins ocupava um canonicato em Lamego quando foi estudar direito canónico para Pádua, e depois Bolonha, vindo mais tarde, a pedido do Rei, a usufruir de um canonicato em Évora e outro em Lisboa em relação aos quais andou em litígio tanto em Portugal como na Cúria Romana, pelo que fez

<sup>6</sup> IAN/TT – *Chancelaria de D. Fernando*, Lv.2, fl.105; Lv.3, fl.76v.º; IAN/TT – *Chancelaria de D. João I*, Lv.1, fl.181; Lv.3, fl.49, fl.149v.º, fl.192 e v.º. IAN/TT – *Sé de Lamego*, caixa 8, maço 2 de papéis avulsos, n.º10. Veja-se ainda *Monumenta Portugaliae Vaticana, III-1, Introdução aos volumes III-2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V*. Braga: Editorial Franciscana, 1982, pp.856-859; *Monumenta Portugaliae Vaticana, IV, Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 8-14)*. Braga: Editorial Franciscana, 1970, pp.99-100; 446-447. *Monumenta Portugaliae Vaticana, III-2, Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 1-7)*. Braga: Editorial Franciscana, 1982, pp.360-361; 496-497; 514-516; 263-264; COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, pp.60; 75; 93; 106; 175; 183; 193; 220; 303.

<sup>7</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. (...) ob. cit., pp.142-143.

<sup>8</sup> SANTOS COSTA – *O magriço. Um dos doze de Inglaterra*. Cadernos de Trancoso. Trancoso: Câmara Municipal, n.º6, 2000; *Os Doze de Inglaterra*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986; SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol.II, s\ dt\, pp.220.



Fig.1 - Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço. In "Varões e Donas", Tomo I, Lisboa, 1817.

súplica ao papa em 16 de Dezembro de 1417. Foi nomeado Deão da Sé de Viseu e quatro anos mais tarde tornou-se antístite da Sé de Coimbra<sup>9</sup>. Quando é substituído no final da década de 20 do século XV, já o seu irmão Luís, com apenas 12 anos, ocupava a comenda do deado de Lamego e a reitoria de S. Salvador de Bouças que pertencia ao morgado de Medelo. Era afecto à rainha D. Leonor e a D. Afonso V. Foi estudante de direito canónico em Pádua, tal como o seu irmão, e protonotário apostólico. Concluídos os estudos foi nomeado bispo de Viseu, por privação de D. Luís do Amaral, de onde se transferiu em 1444 para Coimbra. Chegou ainda a arcebispo de Lisboa (em 1552 já estava à frente da arquidiocese) e referendário pontifício<sup>10</sup>.

Outros membros da linhagem haveriam de chegar, porém, a antístites, no período moderno. Foi o caso de D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos, bispo de Lamego, Silves, e arcebispo de Lisboa; D. João Coutinho, bispo do Algarve, Évora e Lamego (foi reitor da Universidade de Coimbra); D. Frei Manuel Coutinho,

<sup>9</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana, II, Suplicas dos Pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX*. Braga: Editorial Franciscana, 1970, pp.528. *Monumenta Portugaliae Vaticana, IV, Suplicas do Pontificado de Martinho V (anos 8-14)*. Braga: Editorial Franciscana, 1970, pp.111; 115. *Monumenta Portugaliae Vaticana, III-2, Suplicas do Pontificado de Martinho V (anos 1-7)*. Braga: Editorial Franciscana, 1982, pp.25; 102-103.

<sup>10</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana, II, Suplicas dos Pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX*. Braga: Editorial Franciscana, 1970, pp.232-238; 475.

bispo de Lamego e do Funchal (ligado à jacobea); e D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, bispo de Coimbra após ter sido reitor da Universidade<sup>11</sup>. Falaremos apenas do primeiro nomeado.

Por alturas do reinado de D. Manuel I, foi a vez de D. Fernando Meneses Coutinho e Vasconcelos, grande amigo e conselheiro pessoal do “venturoso”, chegar a prelado. Foi bispo de Lamego a partir de 26 de Agosto de 1513 até 24 de Setembro de 1540 transitou para outras dioceses, inclusive para o arcebispado de Lisboa e acumulou a função de regedor da Casa da Suplicação em Lisboa. Era uma personalidade extremamente influente na coroa em sucessivos reinados, tendo baptizado os filhos de D. João III e D. Catarina e casado o príncipe D. João com D. Joana de Áustria em 1552. Prova disso mesmo foi o facto de ter exercido também o cargo de capelão-mor (1513), reitor da Universidade (1528) e deputado da Mesa da Consciência e Ordens (1532). Acresce a isto o facto de ter feito parte do conselho restrito do rei logo em 1528<sup>12</sup>.

A prática da caça e as actividades mundanas eram usuais nesta época. D. Fernando Coutinho tinha uma grande tapada de caça junto a Sagres que doou ao Rei D. Manuel I, quando este foi ao Algarve, pela qual recebeu como gratificação a Igreja de Santa Maria do Cabo que, desde então, se passou a chamar Aldeia do Bispo e mais tarde Vila do Bispo, povoação imediatamente antes de Sagres que ainda hoje existe. Diz-se que este prelado foi um dos mais luxuriosos da época, a julgar pelo extenso rol de queixas que dele fizeram ao Rei os cónegos da catedral de Silves pelo ano de 1525, os quais afiançavam que “*era mais mercador e tratante com navios que prelado*” e “*mandava matar e dar cotiladas pellos rostos e muytas pessoas e fazia muytas sisantias a outras muytas pessoas de que naciã muytas discórdias.*” Este documento da Torre do Tombo necessita porém de alguma reserva na sua análise, por regista apenas a versão dos cónegos. Sabe-se, por exemplo, que os queixosos andavam em disputa com D. Fernando Coutinho pois não correspondiam à obrigatoriedade tridentina de residirem na diocese de Silves, desculpando-se com o calor e as doenças provocadas pelos lodos do rio, assoreado.

Porém, apesar da condição de bispo, D. Fernando Coutinho teve vários filhos de diversas mulheres, seis pelo menos, entre eles uma filha, gerada antes da sua entrada na vida religiosa. D. Isabel da Silva Coutinho se chamava. Casou com o primo Rui Pereira da Silva, senhor da Alcaldaria de Silves. Outro desses filhos foi D. João de Meneses que veio a ser arcebispo de Braga ainda em 1581<sup>13</sup>.

Se os membros mais importantes da linhagem se haviam arredado para a Corte, desprovendo o Couto das figuras mais marcantes da família, nessa altura, esse afastamento de Leomil ir-se-á acentuar depois de criado o condado de Marialva. O couto de Leomil, primitivo solar da linhagem, manter-se-á apenas como uma verdadeira terra prometida, ganha com o sangue e a coragem dos antepassados. O primeiro conde de Marialva, D. Vasco Fernandes Coutinho aparece-nos como marechal do Reino, conselheiro do Rei, alcaide-mor de Trancoso e senhor do Couto de Leomil.

<sup>11</sup> PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp.413-414; 420; 554; 577; 580-582; 591.

<sup>12</sup> DOMINGUES, J. D. Garcia – *Silves. Guia Turístico da Cidade e do Concelho*. Silves: Câmara Municipal, 2002, 2.ª ed., pp.41-42; PAIVA, José Pedro – *Os bispos (...)*, ob. cit., pp.577; 581; 582.

<sup>13</sup> PAIVA, José Pedro – *Os bispos (...)*, ob. cit., pp.578.



**Fig.2** - Sepultura do 1.º conde de Marialva.  
Mosteiro de Salzedas.



**Fig.3** - Sepultura do terceiro conde de Marialva.  
Mosteiro de Salzedas.

Teve dois filhos, D. Gonçalo e D. Fernando. O primeiro herdou do pai o título de conde, o segundo, o de marechal. D. Fernando teve a desdita de ver o seu herdeiro D. Álvaro Coutinho, morrer em combate, em 1476, durante a campanha de D. Afonso V por terras castelhanas. Nessas pelejas tombou também D. Tristão Coutinho, irmão de D. Álvaro.

O segundo conde, D. Gonçalo Coutinho, foi meirinho-mor e alcaide-mor de Lamego. Teve dissabores com a Coroa. Acusado de malfeitor nas suas terras, por autorizar certos malefícios em desprezo da justiça régia, foi preso e viu confiscadas todas as terras que lhe tinham sido doadas. Foi, porém, situação de pouca dura. Devido á sua influência, as rainhas de Castela e Aragão intervieram junto da Coroa e D. Gonçalo foi perdoado, conseguindo recuperar o património confiscado, com excepção da alcaidaria de Lamego. O terceiro conde, D. João Coutinho, foi também conselheiro do Rei e, ao que tudo indica, um grande cavaleiro, ficando registado que D. Afonso V armou o seu filho cavaleiro perante o seu túmulo dizendo: *“Deus te faça tão bom cavaleiro como esse que aí jaz.”* O quarto conde, D. Francisco Coutinho, foi senhor do morgado de Medelo, alcaide-mor de Lamego, meirinho-mor do Reino, senhor de Castelo Rodrigo. Foi sepultado no convento de Santo António de Ferreirim, que o próprio mandou edificar<sup>14</sup>. O último titular, a condessa de Marialva, D. Guiomar Coutinho, foi também 3.ª condessa de Loulé, duquesa da Guarda e aparece como senhora do Couto de Leomil. Era a fidalga mais privilegiada nos meados do século XVI. Casou em 1530 com D. Fernando, quarto filho do rei D. Manuel e de sua segunda mulher D. Maria. D. Guiomar era filha herdeira de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva, meirinho-mor do reino, senhor de Castelo Rodrigo e dos morgados de Leomil e Medelo. Sua mãe, D. Brites de Meneses era condessa de Loulé. O seu avô materno foi D. Henrique de Meneses, primeiro conde de Loulé e de Valença, alferes-mor de D. Afonso V

<sup>14</sup> SOROMENHO, Miguel; RAMALHO, Maria de Magalhães; SERPA, Catarina – “O convento franciscano de Santo António de Ferreirim e o seu desconhecido claustro.” *Revista Estudos Património*, IPPAR – Departamento de Estudos, N.º 2 (2002), pp.146-155. A avareza de D. Francisco Coutinho era proverbial. Dela ficou lembrança no auto de Gil Vicente, Frágua, de 1524, e numa das anedotas quinhentistas recolhidas nos Ditos Portugueses dignos de Memória (Ed. José Hermano Saraiva, Lisboa: s.d., pp.215.)



irmão mais novo de Vasco Fernandes Coutinho. Depois destes acontecimentos, Vasco serviu ainda a coroa em Marrocos. Como agraciamento pelos trabalhos prestados em África e na Índia foi-lhe doada a capitania brasileira. Era o único capitão do Brasil que, até então, servira em África e na Ásia. Travara até então, duras batalhas, na Pérsia, em várias partes da Índia, no Sueste asiático e no mar da China e completara duas viagens de ida e volta pela rota do Cabo. Tinha uma folha de serviços notável, quando aceitou o novo desafio na América. Foi uma figura importante para a História do Brasil, pois integra o grupo fundador dos capitães donatários que iniciaram a colonização sistemática das terras sul americanas dependentes da coroa portuguesa. Fundou a capitania de Espírito Santo em 1535 e 1560, dirigiu a fixação lusa nesse local. Os nativos aguerridos e a cobiça de outras potências europeias não permitiram que essa fosse uma colónia segura e rentável.

Dos 20 fidalgos que estiveram no governo da Índia até 1564, 9 eram parentes de Vasco Fernandes Coutinho. Nesta altura os Coutinhos estavam já ligados a linhagens secundogénitas que obtinham alcaldarias-mores e cargos palatinos, e no caso das linhagens primogénitas acediam a senhorios. Estavam ligados aos Melos, Limas, Barretos, Cunhas, Sás, Britos, Henriques.

Da velha linhagem, poderosa e reconhecida, um ramo fixar-se-á, para sempre, em Leomil. É sobre ele que, de seguida, se centrará este estudo.

## *2. Os Coutinhos em Leomil: do período moderno à actualidade. O legado Cultural.*

Existem venerandas casas que em tempos idos foram moradia de um escol familiar que tinha na localidade uma proeminência evidente e que hoje são testemunho de um passado morto. De dezenas delas, poucas serão as que ainda hoje albergam as famílias que as erigiram há séculos atrás. Várias são as que estão encerradas, abandonadas, algumas mudaram de mãos e feições, outras seguiram com a dispersão e abatimento dos seus primitivos senhores a sua própria ruína. Algumas delas, porém, resistiram ao tempo no granito imperecível das boas pedreiras beiroas, com as suas maciças paredes de metro e mais de espessura, as suas portadas de secular castanho que os invernos não corroeram de todo, os tectos de pesado travejamento de carvalho, telhados alindados com telhas de meia cana e beiral à antiga portuguesa, brasões heráldicos altaneiros e senhoris, capelas primitivas, pátios e jardins de buxos e alegretes.

Dos solares medievos que serviram de residência aos Coutinhos, nenhum chegou até nós. Das residências dos antigos senhores do Couto, restam-nos na vila dois autênticos paços ou cortes, pertencentes ao século XVIII, que foram erigidos, entre outras coisas para afirmar a excelência dos proprietários. Foram certamente cenário de formas de vida refinada e simultaneamente severa, cujos ecos ressoam ainda pelas suas paredes. Um dos dois encontra-se já completamente arruinado. É por ele que começaremos.

Este palacete possui um portal setecentista armoriado que dá ingresso a um pátio que possui um relógio de sol e antecede esta casa de vetusto aspecto. Assente em duas pilastras adoçadas ao muro, um poderoso lintel sustenta o peso e tem uma inscrição em latim onde se lê: *“Esta família tem mais brilho do que própria luz do sol.”* Por cima, ao centro do espaldar, entre volutas ornamentadas e dois pares de pirâmides terminais decorativas, ostenta-se uma grande pedra de armas com o escudo esquartelado onde se desenharam as cinco estrelas dos Coutinhos e o enxequetado dos Sás. Sobrepujando a cimalha que coroa a molduragem do arco, destaca-se a escultura de uma coruja, como simples acidente arquitectónico de fantasia, ao centro da padieira. Todo o portal é composto de sólidos geométricos que demonstram uma racionalidade, firmeza

*Solar dos Viscondes de Balsemão***Fig.4** – Solar dos Viscondes de Balsemão

da construção, possivelmente símbolo da união e harmonia. Murada a toda a volta, o ingresso nos espaços desta casa faz-se, não apenas pelo portal armoriado, como também por um lance de oito escadas a que se segue um grande pátio que antecede duas portas de madeira, ou lateralmente por um portal cujo lintel ostenta uma pedra de armas dos Coutinhos. Toda a casa se abre para o exterior e procura comungar com a Natureza. Tem nas traseiras acesso a vários terrenos que lhe pertenciam, onde continua firma uma japoneira centenária. Possuiu, também, uma capela devota a S. José, também hoje arruinada e da qual se diz que os pertences, incluindo a talha dourada, foram vendidos para proprietários do Porto. Nesta casa viveu o primeiro Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Nasceu a 27 de Novembro de 1735 e faleceu em Lisboa a 14 de Abril de 1804. Eram seus pais Alexandre Luís Pinto de Sousa Coutinho, nascido a 21 de Setembro de 1684 em Tões (Armamar), 10º senhor do Morgado de Balsemão, e Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena. Casou em 21 de Agosto de 1767 com Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre, nascida a 9 de Setembro de 1749. Teve como filhos: , que casou com Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo; , que casou com Maria do Carmo de Mendonça Cardoso Figueira de Azevedo Menezes e Sousa na freguesia de S. Tiago do Couto de Cambeses, arcebispado de Braga em 1800; , que casou com Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques de Noronha, 1º visconde da Torre Bela; , que casou com Benito Fernandez Correa, marquês de Moz; , que casou com José Guedes de Magalhães Osório, senhor do morgado de Santa Comba; e, que casou com Gonçalo Barba Alardo de

Menezes Barros e Lencastre<sup>16</sup>. Foi cavaleiro da Ordem de Malta e participou em caravanas que percorreram a França, a Itália e a Alemanha. Quando foi indicado para governador e capitão-general de Cuiabá e Mato Grosso, cargo que exerceu de 1769 a 1772, estava colocado como tenente-coronel na Artilharia. Teve um bom desempenho no exercício das funções que lhe foram confiadas no Brasil, uma vez que em 1778, chegado recentemente de Inglaterra – onde foi embaixador (1772-1774), depois de regressar da colónia portuguesa – D. Maria I entregou-lhe as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, pelo que assumiu responsabilidades directas na condução da política externa do País nas difíceis circunstâncias que advieram da eclosão da Revolução Francesa: se a princípio encarou com simpatia a obra renovadora da Assembleia Constituinte, mudou de atitude a partir do momento da queda da Monarquia e do julgamento e condenação dos soberanos franceses (1792). A doença da rainha, de quem foi primeiro-ministro de 15 de Dezembro de 1788 a 6 de Janeiro de 1801 e de 25 de Agosto de 1803 a 5 de Dezembro de 1803, e a consequente chamada antecipada à governação do príncipe D. João (futuro D. João VI) não fizeram diminuir o seu poder<sup>17</sup>. É-lhe mesmo atribuída uma política dúbia que chegou a fazer com que o príncipe regente D. João não respondesse à carta em que Luís XVI participava que jurara a Constituição<sup>18</sup>.

Em 1788, Luís Pinto de Sousa Coutinho tornara-se ministro das Relações Exteriores de Portugal. Conhecia de perto a realidade brasileira, tendo-se distinguido como governador de Mato Grosso, antes de ser nomeado embaixador português em Londres. Na Inglaterra, forneceu ao historiador escocês William Robertson (1721-1793) informações sobre a América do Sul para a sua *História da América* (1777), uma colaboração que também prestara ao abade Raynal (1713-1796) alguns anos antes, para a sua famosa *Histoire philosophique*. De volta a Lisboa, Luís Pinto de Sousa Coutinho entrou em contacto com “eruditos” brasileiros, muitos deles alunos de Domingos Vandelli, um professor italiano que o Marquês de Pombal trouxera para Portugal como parte de seu programa de reforma educacional. Em 31 de Maio de 1790, Luís Coutinho enviou dois jovens brasileiros e um colega português num tour de instrução pela Europa, às expensas do governo português. Os brasileiros eram Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>19</sup>.

Desde 1788 até princípios de 1801, devido aos seus poderes discricionários de secretário de estado, é Luís Pinto de Sousa Coutinho que dirigirá o exército, apoiando-se em oficiais estrangeiros, a quem beneficiará com o restabelecimento da sua carreira militar, sendo os mais importantes exemplos Forbes Skellater e Jacob Mestral, o primeiro escocês, o segundo suíço, vindos ambos para Portugal em 1762.

<sup>16</sup> *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão). Porto: Livraria Figueirinhas, vol.II, pp.223-224; CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A descendência portuguesa del Rei D. João II*. Lisboa: Ed. Gama, Vol. II, cap.VIII, 1993, 2.ªed., pp.370-382.

<sup>17</sup> Foi a ele que coube as diligências necessárias à contratação de um psiquiatra inglês de renome, Dr. Willis, que tratara eficientemente D. Jorge III de Inglaterra, para vir a Lisboa diagnosticar e tratar da doença de D. Maria I. O médico deslocou-se a Lisboa e adiantado 10000 libras esterlinas e 1000 libras por cada mês em Lisboa, independentemente de ficarem a cargo da coroa lusa as passagens, as despesas da estadia e o uso de uma carruagem para si, enquanto estivesse na corte. RAMOS, Luís de Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, pp.213.

<sup>18</sup> *Dicionário de História de Portugal* (...), ob. cit., vol.II, pp.223-224; RAMOS, Luís de Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, pp.71-72.

<sup>19</sup> *Dicionário de História de Portugal* (...), ob. cit., vol.II, pp.223-224.



**Fig.5** - Luís Pinto de Sousa Coutinho (gravura de 1797, de Francesco Bartolozzi, a partir de obra de Domingos António de Sequeira)

O Conselho de Guerra, sob a direcção do ministro da tutela, Luís Coutinho, operou no sentido de melhorar, quer o exército, quer a armada. Instituiu-se, inclusive, em 1790, um Regimento de artilharia da marinha utilizado nos navios de guerra. A principal área que ele desenvolveu foi efectivamente a educação militar, devendo-se-lhe a criação da Academia militar - *Academia Real de Fortificação e Desenho* (Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1790), que permitiu, ainda que vagarosamente, impor na oficialidade a ideia do mérito técnico e do profissionalismo, contrária à ideia da «qualidade social» de fidalguia, e impor definitivamente a obrigação de exames técnicos para o oficialato de Artilharia na passagem de posto na arma (Aviso de 9 de Maio de 1789).

Na sequência da participação portuguesa na Guerra do Rossilhão, temendo-se uma ofensiva espanhola, foi incumbido de organizar o exército. Após a Revolução Francesa, coube-lhe a responsabilidade de negociar e assinar, ao lado da Espanha contra a França revolucionária, o Tratado de Badajoz, a 6 de Junho de 1801. Por este tratado, Portugal viu-se obrigado a uma série de cedências: a entrega de Olivença a Espanha, o alargamento das fronteiras da Guiana Francesa (à custa de território brasileiro) e o pagamento de uma pesada indemnização. Daí em diante, abandonou a vida política, embora tenha voltado a assumir por uns meses, a partir de 1803 e inclusive em 1805, a pasta dos Negócios Estrangeiros. Deve-se-lhe ainda, o

incremento dos trabalhos da triangulação geodésica geral do território português no reinado de D. Maria I, tarefa que o seu sucessor político, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, continuou<sup>20</sup>. Recebeu, a 14 de Agosto de 1801, o título de Visconde de Balsemão, com as honras de “Grande do Reino”<sup>21</sup>.

### *Solar dos Coutinhos*<sup>22</sup>



**Fig.6** - Pormenor da fachada principal do solar e da pedra de armas na confluência da fachada.



**Fig.7** - Vista para a rua dos Coutinhos que conduz ao largo de Santo António.

No remansoso largo das tílias, vizinho da estrada nacional n.º226 que rompe Leomil, encontramos a chamada casa grande, vasto solar que borda a face ocidental do largo mostrando a sua longa fachada de forte mas singela construção de um único andar de onde se abrem cinco varandas de ferro forjado simetricamente dispostas, e assentes sobre mísulas em volutas, na típica arquitectura dos começos de setecentos. A cal cobre as fachadas principais, as quais são sustentadas por um pilar quadrangular adoçado à parede com base e capitel e as caprichosas molduras das janelas sobressaem. O rés-do-chão está ladeado por janelas em ferro cravado na pedra, as quais se alongam para o exterior. Falamos obviamente do lancil de quebra-luz talhado em oblíquo na espessura da parede e defendido por varões de ferro. Ostenta uma pedra de armas interessantemente esculpida, na confluência das fachadas. No alto do cunhal esta pedra

<sup>20</sup> GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira – “O leomilense Luís Pinto de Sousa Coutinho, político e diplomata setecentista de relevo.” *In Contr’o Vento. Revista Literária, Grupo de Amigos de Luís Veiga Leitão - IV Encontro de alunos e professores do Externato Infante D. Henrique*. N.º5 (2008), pp.9-13; GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira – “Luís Pinto de Sousa Coutinho. Da triangulação geodésica do país às engrenagens polémicas no Planalto Beirão”. *In Cadernos Culturais de Telheiras*, 2009, no prelo.

<sup>21</sup> *Dicionário de História de Portugal* (...), ob. cit., vol.II, pp.223-224.

de armas, quadrada, está circundada de paquifes vegetalistas, ostentando o brasão esquartelado, em cujos 1.º e 4.º quartéis se representaram os signos heráldicos dos Sãs, e nos 2.º e 3.º quartéis o sol rodeado de oito cruzes dos Lucenas.

Esta parece ter sido a casa antiga dos senhores do Couto. A feição actual é do século XVIII, o que não invalida que seja muito anterior a essa data, tendo sofrido alterações profundas nessa época. Uma visita atenta aos interessantes espaços deste solar, no-lo indica veementemente. Sabe-se, também, que Leomil foi ponto de paragem de uma das invasões francesas, de que resultou o incêndio e destruição da residência paroquial contígua a esta casa senhorial. Se este palacete foi também alvo ou não das investidas destruidoras napoleónicas, não há informação. Por muito estranho que tal possa parecer, vemo-nos inclinados a acreditar que tal não tenha acontecido, pois muito embora as obras efectuadas na casa sejam visíveis, ressalta à vista também que o largo património que a “Casa Grande” possui foi cuidadosamente preservado e chegou até aos nossos dias.

Os últimos guardiães desse vasto espólio, que por múltiplas ocasiões nos receberam com amabilidade, são a Sra. D. Maria Cândida Coutinho e Sr. Nuno. Guardam memórias incalculáveis do passado mais recente, e falam da história da Casa, onde ainda residem, com particular afectividade. Nem sempre a afectividade permite reconstituir com clareza a realidade histórica, pois por vezes a exaltação de determinados feitos ou factos incompatibiliza-se, com o rigor analítico da veracidade do passado. Mas, o logro em que parece embolsar-se a afectividade ultrapassa o demérito de embustes e belisca, por vezes, a incúria do tempo, destrona a sensibilidade escassa, combate a corrosão de parasitas bibliómanos e peleja contra o abandono e esquecimento. Nem sempre foi bem conseguida a preservação dos traços arcaicos. Calcorreando a casa, nota-se, aqui e acolá, a mão reconstrutiva, nem sempre sábia mas cautelosa e comedida. O travejamento interior; a disposição de escadarias internas quer de granito quer de madeira; os inúmeros buracos labirínticos de portas e janelas que abrem caminho para sítios inimaginados à primeira vista, criados para defesa e fuga, denotam uma rusticidade mantida ao longo de sucessivas gerações. O mesmo sucede com o rés-do-chão, onde lancis de quebra-luz autorizam alguns feixes de iluminação que permitem contemplar as enormes tulhas onde era armazenado o cereal tributado. Este espaço é ocupado ainda com várias lojas, uma delas dotada com altura e largura suficiente para a passagem de carroças puxadas a cavalo para o pátio interior. Artefactos agrícolas abundam nestes espaços por entre paredes e chão. Entre eles fomos dar com um pedaço de rocha incomum que a Sra. D. Maria Cândida se encarregou de explicar tratar-se de um meteorito recolhido por um dos seus ascendentes num local da Serra que atraía muitos trovões. Passando para o pátio interior, depara-se-nos ante a nossa visão uma japoneira tricentenária por onde alguns felinos transigem afiando as unhas. Por se tratarem de várias dezenas, abundam por todo o lado. São uma das meninas dos olhos da proprietária ali residente que nos vai entremeando a história da linhagem e os ecos que ressoam pelas paredes com história de vida de alguns destes animais. Subindo alguns lances de escadas, estamos já na lateral interior do edifício. Aqui, as várias salas encontram-se delicadamente ornadas com artefactos oriundos de várias centúrias. Não apenas mobiliário como também alfaias de cozinha; cerâmica; pinturas; manufacturas que resultaram de tempos de lazer de que são exemplos visíveis um pano bordado com os cabelos da própria donzela executante, meias e faustas toalhas de linho e algumas bolsas de adereços; um piano oitocentista onde se entoavam melodias e afinavam cordas vocais sob o comando de uma docente de Lamego; fotografias emolduradas que tornam visível a indumentária de épocas distintas; armas que apenas simbolizam vocações e distintas carreiras militares como uma espada ou bengala que ninguém diz tratar-se de uma espingarda; animais embalsamados e tantas outras peças preservadas para a posteridade.

O piso superior comporta outros compartimentos que albergam alguns baús. Num deles farejámos centenas de documentos que se espalham entre a centúria de quinhentos e os quatrocentos anos que se seguiram. Tratam-se, na sua maioria, de documentos de transacção de propriedades. O que contém os outros baús fica apenas no segredo dos guardiães deste vasto espólio e, portanto, vedado, por ora, ao conhecimento público, inclusive para nós que ali estivemos tão perto com os olhos fitos nos cadeados e ferrolhos, mortos de curiosidade com apetite de bisbilhotar o conteúdo de que eles são depositários. Mas, não será isto também que torna o exercício da história uma actividade fascinante? Como diria um dos mais famosos medievalistas portugueses, a história escrita resulta, obviamente, da intensidade da descoberta. Mas, desta feita, somos obrigados a quedar-nos por aqui e circunspectamente relegar para a posteridade esse exercício duplamente mais emotivo e cabal, um pouco no contexto da farpa de Fernando Pessoa ao proferir a frase: “Hoje o almoço é amanhã.”

Anexos / Arquivo de Imagens



**Fig.8** - Pormenor do solar no enquadramento com o largo Dr. António Sêves



**Fig.9** - Escadaria interna que faz a ligação entre o rés-do-chão e o primeiro andar



**Fig.10** - Sala de estar 1. Pormenor da decoração



**Fig.11** - Sala de estar 1.



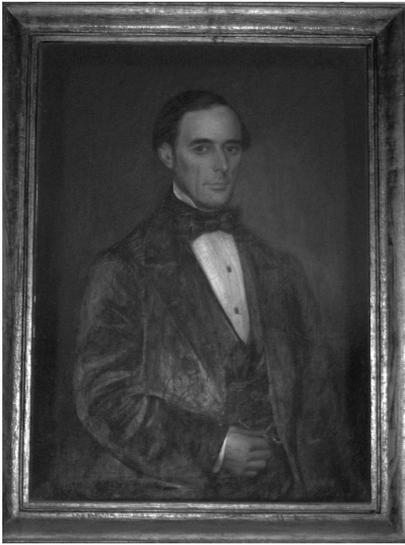
**Fig.12** - Sala de estar 2.



**Fig.13** - Sala de estar 2.



**Fig.14** - Pormenor da decoração da parede da sala de estar 2.  
Fotos de familiares



**Fig.15** - Pintura retrato a óleo



**Fig.16** - Pormenor decorativo de onde sobressai uma espada de um familiar



**Fig.17** - Espingarda de um cano disfarçada de bengala (era usada como bengala por um membro da linhagem)



**Fig.18** - Piano do século XIX que se encontra na sala de estar 2



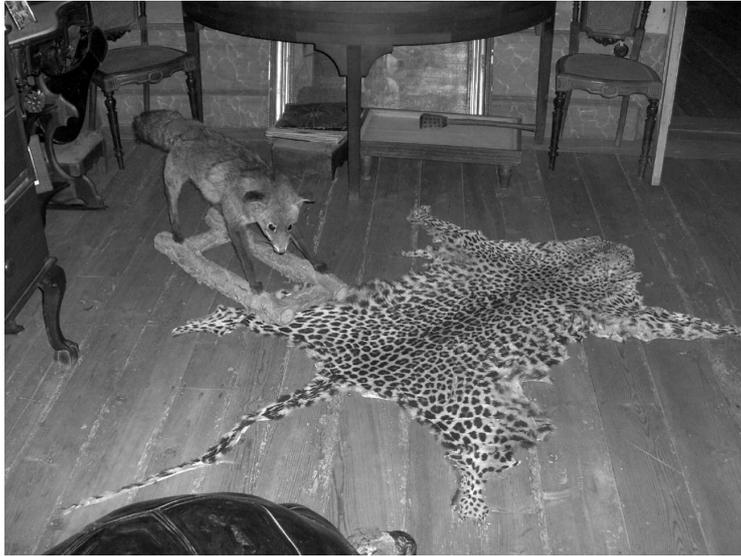
**Figs.19 e 20** - Partituras escritas em 1930-31 por Catarina Alice, professora de Lamego que ensinava piano à mãe da actual proprietária do solar.



**Fig.21** - Pormenores decorativos da sala de estar 2



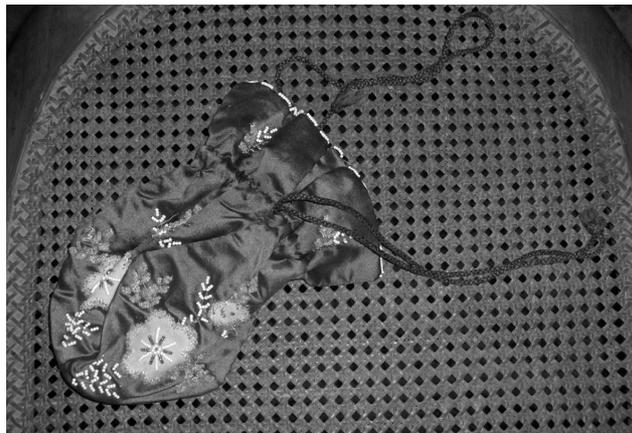
**Fig.22** - Tapete de parede e mesa com objectos decorativos. Sala de estar 2



**Fig.23** - Raposa embalsamada e tapete de pele de lince. Sala de estar 2



**Fig.24** - Tartaruga embalsamada.  
Sala de estar 2



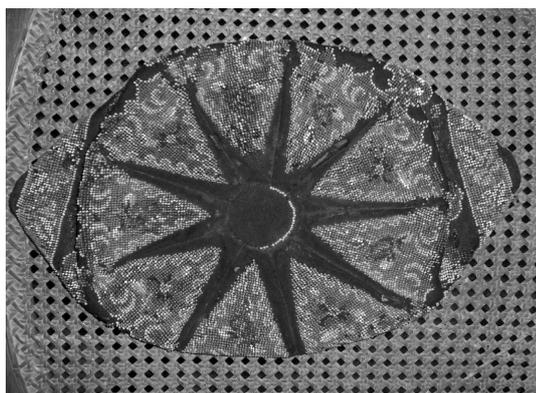
**Fig.25** - Bolsa feminina de adereços pessoais. Confeccionada por senhoras da casa (prov. séc. XIX)



**Fig.26** - Caderno confeccionado por senhoras da casa em 1888



**Fig.27** - Meias de linho (Prov. séc. XIX)



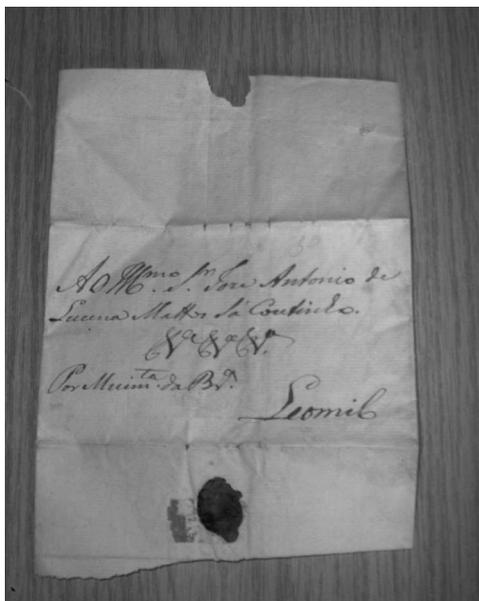
**Fig.28** - Chapéu de missangas. Trazido das partes do império por um membro da linhagem



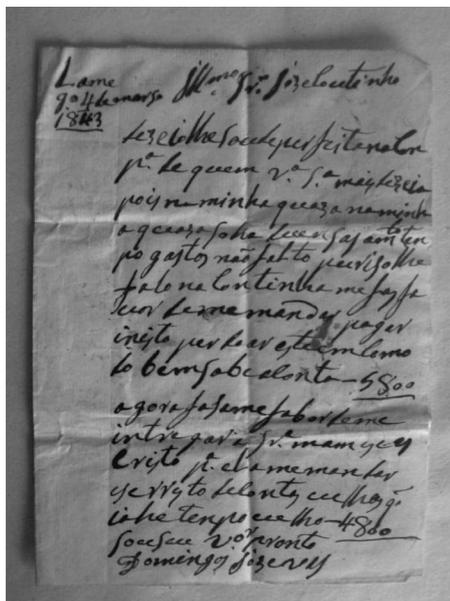
**Fig.29** - Leque bordado por senhoras da casa (séc. XVIII ou XIX)



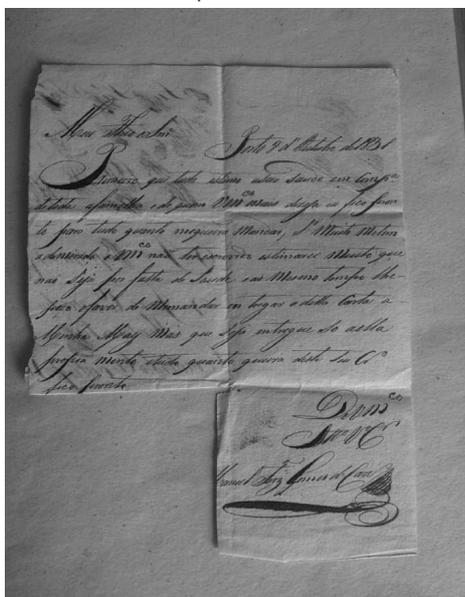
**Fig.30** - Baú com centenas de documentos (sécs. XVI-XX)



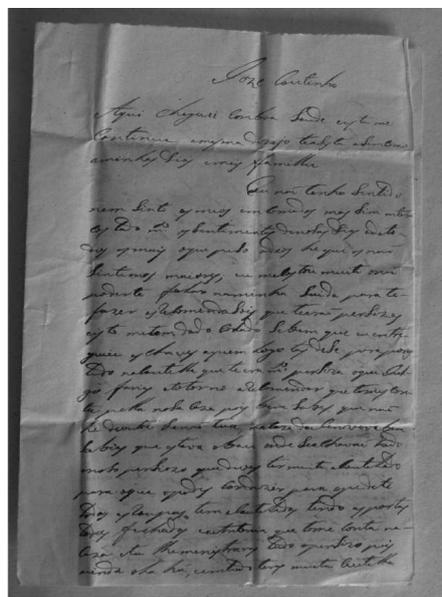
**Fig.31 - 1843, Março, 4, Moimenta da Beira**  
 – Carta dirigida a José António de Lucena Matos Sá Coutinho, remetida por Domingos José Vaz.  
 Visível o pormenor do lacre.



**Fig.32 - Primeiro fôlio da carta anterior**



**Fig.33 - 1831, Outubro, 8, Porto** – Carta dirigida a José Coutinho Matos e Sá, remetida pelo seu sobrinho Manuel Gomes de Carvalho, através da qual lhe dá o conhecimento do seu bem-estar.



**Fig.34 - 1827, Janeiro, 30, Lamego** – Carta dirigida a José Coutinho de Lucena Matos e Sá, remetida por José António de Lucena, seu tio.



Fig.35 - Rosto da carta acima na foto dirigida a José Coutinho de Lucena Matos e Sá. É visível em pormenor o modo de dobragem da época.

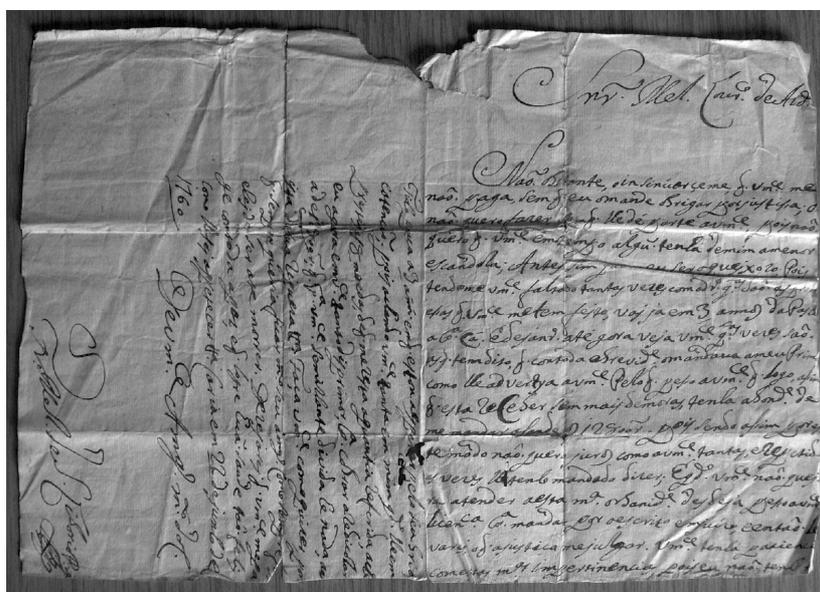


Fig.36 - 1760, Junho, 22, Caria – Carta dirigida a Manuel Lourenço de Almeida, remetida por Manuel de S. Libório.

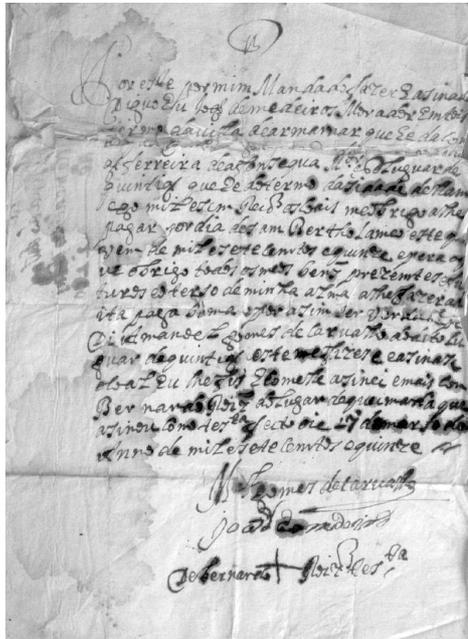


Fig.37 - 1715, Março, 17, Armamar – Carta através da qual João de Medeiros e algumas suas testemunhas se comprometem a pagar uma dívida contraída.

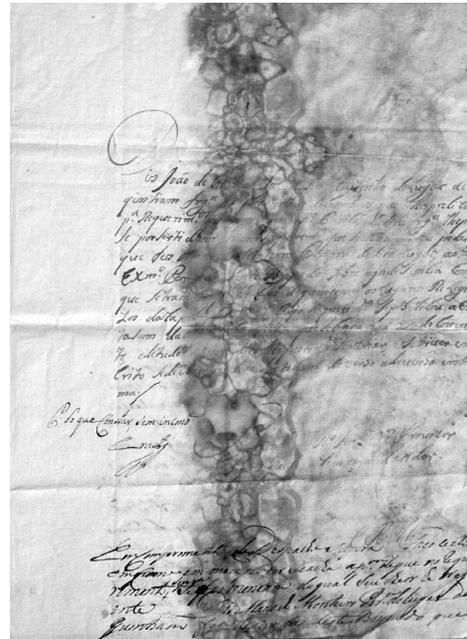


Fig.38 - 1790, Novembro, 28, Cambres – João Matos Sá Lucena Coutinho de Quintiã, S. Martinho de Cambres, pede certidão do requerimento que Manuel Monteiro Pereira havia feito ao bispo de Lamego para que pusesse cobro à indecência com que alguns moradores tratavam os lugares religiosos da capela de S. Miguel.

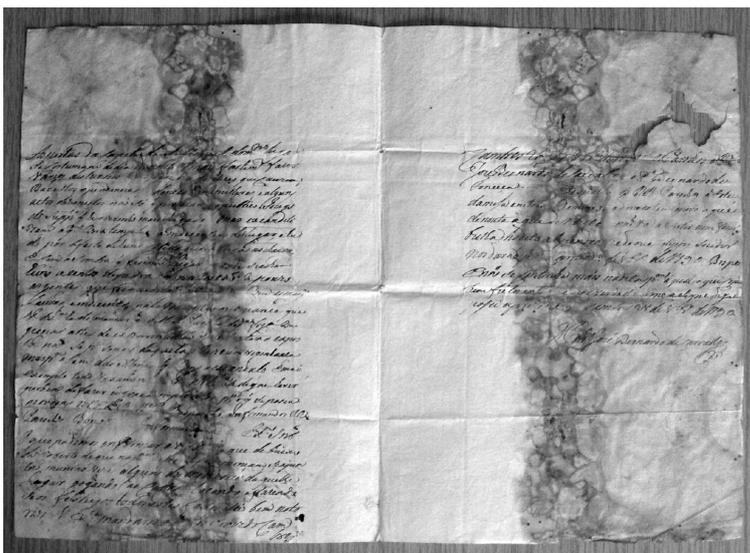
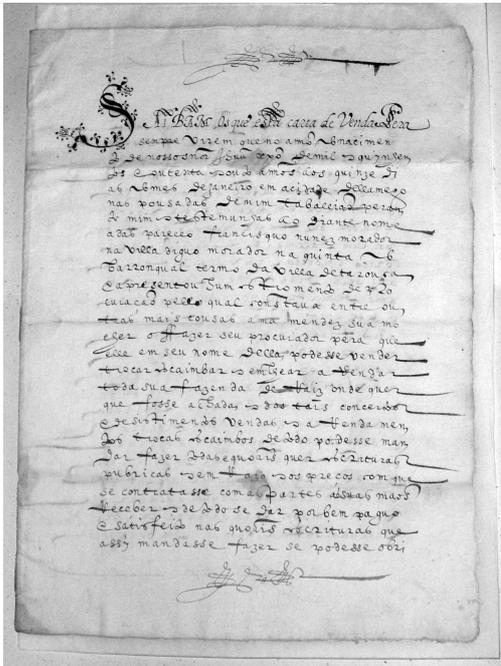
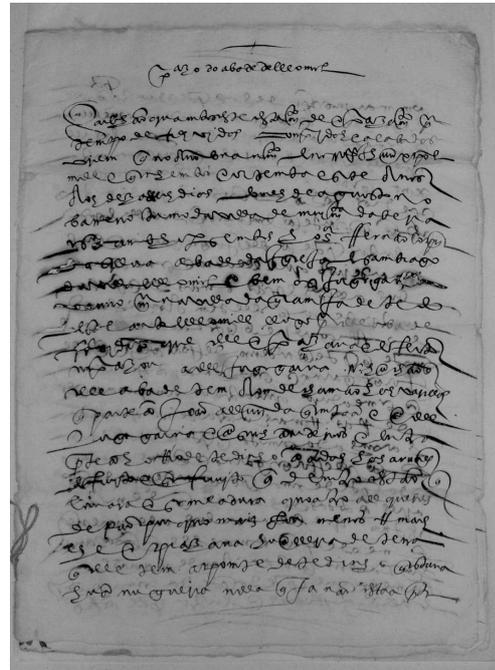


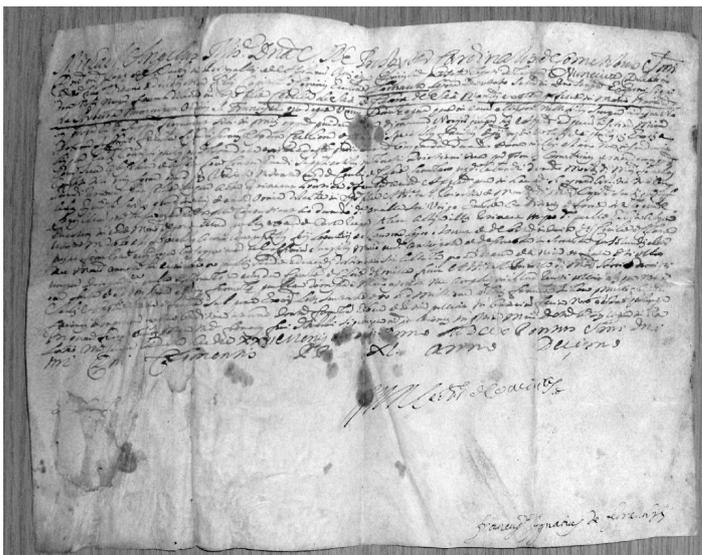
Fig.39 - Mesmo documento supra



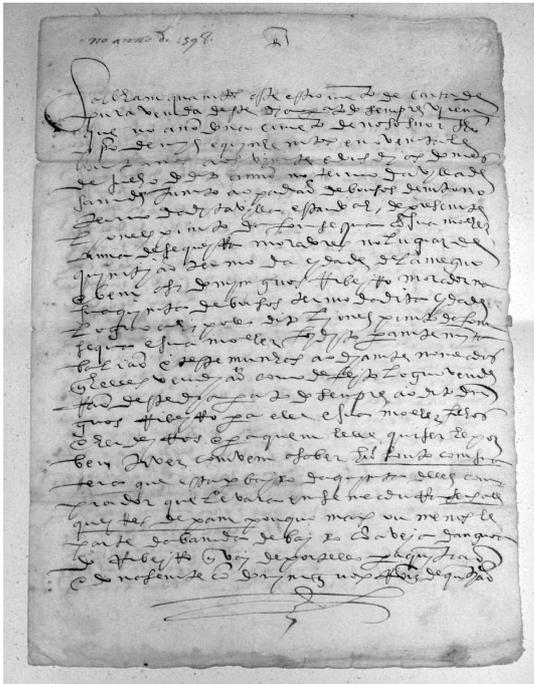
**Fig.40 - 1588, Janeiro, 15, Lamego** – Carta de venda através da qual Fernão Lopes da Silva, abade da igreja de Leomil, vende um olival sito no termo de Lamego com sua terra onde chamavam Belmonte com as 16 oliveiras que tinha incorporadas, por 8 mil réis, a Francisco Nunes, morador em Tarouca.



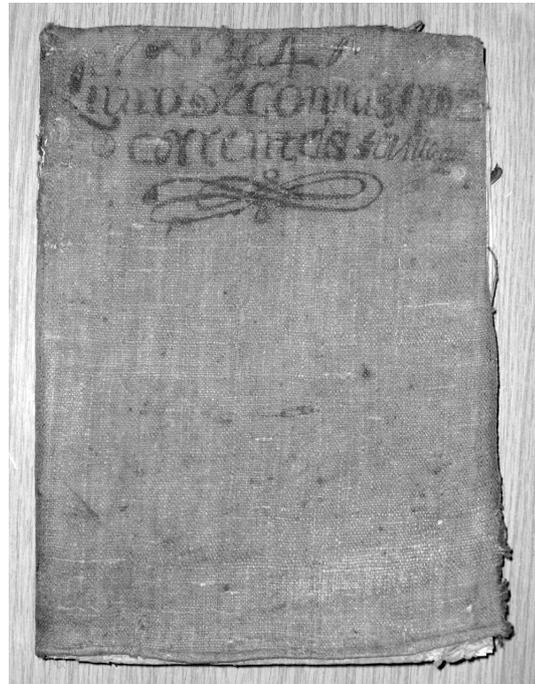
**Fig.41 - 1588, Agosto, 16, Leomil** – Escritura de emprazamento por 3 vidas que fez o pároco de Leomil Fernão Lopes.



**Fig.42 - 1609** – Pergaminho em Latim.

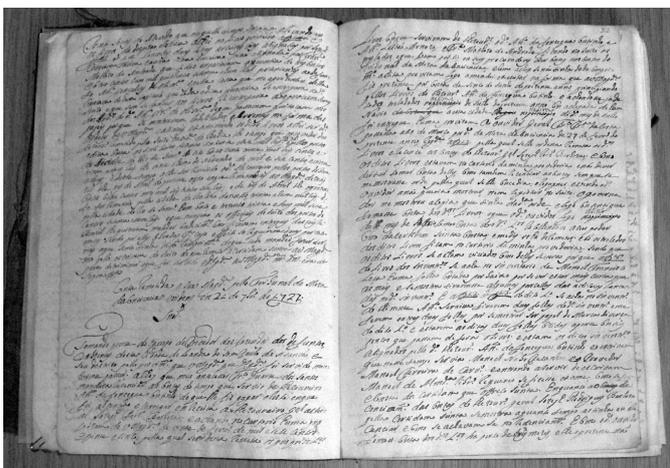


**Fig.43 - 1598, Julho, 23, Sande (Lamego) – Carta de venda através da qual Leonel Pinto da Fonseca e sua mulher Ana de Sequeira, moradores no termo de Lamego, vendem a Domingos Ribeiro e seus herdeiros por 7200 réis, uma propriedade que incluía um souto, e em que se dá a conhecer o foro que o comprador e seus herdeiros deviam pagar ao senhorio (Mosteiro de Salzedas) pelas propriedades.**



**Fig.44 - 1726 - “Livro que hade servir para lançar todas as contas que dou a sua magestade e mais que se offerce do serviço real desse lugar de Juiz de Fora e orfans Provedor mor das fazendas dos defuntos e as rendas das capellas e reziduos desta cidade de Sam Paulo da Asumpção Reino de Angola e seu districto de que tomei posse aos 23 de Mayo de 1726 annos. Loanda era ut supra.**

[Assinatura] João Rodrigues de Mattos.”



**Fig.45 - Este livro é uma espécie de colectânea. Tem registos muito vários. Além das notas do juiz de fora e dos órfãos em Angola, este livro contém cartas enviadas ao provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da cidade da Baía e Rio de Janeiro; a árvore genealógica dos Lucenas; prazos e outras questões jurídicas e patrimoniais, algumas das quais envolvendo indivíduos de Leomil.**